

**ENTRE NACIONALISMO, FASCISMO E AUTORITARISMO:  
elementos para uma análise comparativa sobre a ideia de nação  
na Itália e no Brasil entre as duas guerras mundiais\***

**Cadernos Cedec nº 96\*\***

**Maio de 2011**

**Fabio Gentile\*\*\***

---

\* A presente contribuição enquadra-se num projeto mais amplo de comparação entre o Estado fascista italiano e o Estado Novo de Getúlio Vargas, financiado pela FAPESP. Tradução de Francesca Cricelli.

\*\* Publicação vinculada ao Projeto Temático "Linhagens do pensamento político-social brasileiro". Coordenado por Elide Rugai Bastos, o projeto é financiado pela FAPESP (Processo 07/52480-5) e vem sendo realizado pelo Cedec em parceria com a USP, Unicamp, UFRJ, Unifesp e UFSCar.

\*\*\* Doutor em Filosofia e Política pela Universidade "L'Orientale" de Nápoles e bolsista pós-doutorado do Projeto Temático acima mencionado (e.mail fabiogentile2003@yahoo.it).

**CADERNOS CEDEC Nº 96**

**CONSELHO EDITORIAL**

Adrián Gurza Lavalle, Alvaro de Vita, Amélia Cohn, Brasílio Sallum Jr., Cicero Araujo,  
Elide Rugai Bastos, Gabriel Cohn, Leôncio Martins Rodrigues Netto,  
Marco Aurélio Garcia, Miguel Chaia, Paulo Eduardo Elias, Rossana Rocha Reis,  
Sebastião Velasco e Cruz, Tullo Vigevani

**DIRETORIA**

Presidente: Sebastião Velasco e Cruz  
Diretor-tesoureiro: Reginaldo Moraes  
Diretor-secretário: Maria Inês Barreto

Cadernos Cedec  
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea  
São Paulo: Cedec, maio 2011

Periodicidade: Irregular

ISSN: 0101-7780

## APRESENTAÇÃO

Os *Cadernos Cedec* têm como objetivo a divulgação dos resultados das pesquisas e reflexões desenvolvidas na instituição.

As atividades do Cedec incluem projetos de pesquisa, seminários, encontros e *workshops*, uma linha de publicações em que se destaca a revista *Lua Nova*, e a promoção de eventos em conjunto com fundações culturais, órgãos públicos como o Memorial da América Latina, e centros de pesquisa e universidades como a USP, com a qual mantém convênio de cooperação.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos de origem com a cidadania, a democracia e a esfera pública confere ao Cedec um perfil institucional que o qualifica como interlocutor de múltiplos segmentos da sociedade, de setores da administração pública em todos os níveis, de parlamentares e dirigentes políticos, do mundo acadêmico e da comunidade científica.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	5
INTRODUÇÃO .....	7
NACIONALISMOS EM COMPARAÇÃO .....	12
FASCISMO E ESTADO NOVO. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	25
UMA CONCLUSÃO PROVISÓRIA.....	32
BIBLIOGRAFIA .....	35

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo comparar a ideia de Estado Nação do nacionalismo italiano e do nacionalismo brasileiro do início do século passado para analisar como esta ideia, retomada e radicalizada, torna-se uma parte significativa da bagagem ideológica da via italiana ao totalitarismo fascista e da via autoritária brasileira ao Estado Novo.

Através da comparação entre a Itália e o Brasil, vimos que o mito da nação desempenha um papel fundamental na crise do liberalismo entre o fim do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, bem como na busca de um novo modelo de “Estado forte”, do qual o Estado fascista e o Estado Novo foram duas variantes.

Embora o nacionalismo não fosse *tout court* um autoritarismo – se pensarmos que na Itália, no início do século XX, uma parte não marginal dos socialistas, republicanos, liberais, católicos declarou-se nacionalista, assim como parte do nacionalismo brasileiro colocou-se na órbita do liberalismo ou do catolicismo –, para os fins de nossa análise comparativa entre o fascismo e o autoritarismo no Brasil, o trabalho centra-se, no caso italiano, no movimento nacionalista fundado em 1910 e, em seguida, quase completamente confluído no fascismo, em 1922. No caso brasileiro, nas tendências, grupos, intelectuais – às vezes isolados – e revistas, cujas ideias encontraram realização prática na Revolução de 1930 e no Estado Novo.

Por um lado, o fascismo se apresenta como o herdeiro e continuador do nacionalismo, a criação de um projeto alternativo para o estado liberal, suprimindo todos aqueles que lutaram por uma ideia de nação alternativa à sua. Na política interna, o fascismo pretendia “educar” os italianos com um projeto de nação totalmente absorvido pelo partido-Estado fascista, o primeiro passo para afirmar a primazia da nação italiana na época do imperialismo nacionalista até a aliança com a Alemanha nazista e a catástrofe da Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, mesmo o Estado Novo foi proposto como legítimo herdeiro da história nacional, do qual foi excluído o liberalismo. No debate do nacionalismo autoritário, o Estado Novo teve que criar “o que faltava”. Mas ao contrário do estado fascista que é proposto como uma alternativa à crise de um capitalismo industrial já bastante avançado (a “terceira via” corporativa entre o liberalismo e o comunismo), o Estado Novo é, no entanto, um projeto que acelerava a criação da nação e, ao mesmo tempo, superava rapidamente o “atraso” do Brasil na época do imperialismo. Era, portanto, um projeto de nacionalismo autoritário, intervencionista, mas não agressivo em termos de política externa, como no caso do fascismo, do qual retoma, porém, a ideia de nação como uma unidade ética, política e econômica que se realiza integralmente no Estado Corporativo, sem absorver o princípio do Estado-partido totalitário que controla todos os aspectos da vida social.

**Palavras-chave:** Nação; nacionalismo; autoritarismo; totalitarismo; fascismo; Estado Novo

## ABSTRACT

The aim of this paper is to compare the Italian nationalism's idea of Nation-State and that of the Brazilian nationalism of the beginning of the past century, in order to analyze how this idea, which was taken up and radicalized, became a significant part of the ideological baggage of the Italian way to the fascist totalitarianism and that of the Brazilian authoritarian path of the *Estado Novo*.

Through the comparison between Italy and Brazil, we saw that the myth of the nation embodies a fundamental role in the crisis of the liberalism between the end of the 19<sup>th</sup> Century and World

War I, as well as in search of a new model of a “strong State”, of which both the fascist State and the *Estado Novo* were a part of.

Although nationalism was not *tout court* an authoritarianism – if we think that in Italy, in the beginning of the 20<sup>th</sup> century, a non marginal part of socialists, republicans, liberals and Catholics declared themselves as nationalists, as part of the Brazilian nationalism also placed itself in the orbit of liberalism or Catholicism –, for the scope of our comparative analysis between fascism and authoritarianism in Brazil, the work is focused, in the Italian part, on the nationalist movement founded in 1910, and thereafter, almost completely culminated into fascism, in 1922. And in the case of Brazil, in tendencies, groups, intellectuals, sometimes isolated, and magazines, whose ideas found practical completion in the 1930 Revolution and in the *Estado Novo*.

On one hand, fascism presented itself as the heir and successor of nationalism, the creation of an alternative project for the liberal state, suppressing all of those who fought for an idea of a nation in alternative to its own idea. In the internal politics, fascism tried to “educate” Italians with a project of a nation completely absorbed by the fascist State-party, the first step to affirm the primacy of the Italian nation at the time of the nationalist imperialism until its alliance with Nazi Germany and the catastrophe of World War II.

On the other hand, even the *Estado Novo* was proposed as a legitimate heir of the national history, from which liberalism had been excluded. In the debate of the authoritarian nationalism, the *Estado Novo* had to create “what was missing”. But unlike the fascist state that proposes itself as an alternative to the crisis of the advanced industrial capitalism (the corporative “third way” between liberalism and communism), the *Estado Novo* is, however, a project that accelerated the creation of the nation, and also at the same time, overcoming the Brazilian “delay” (backwardness) at the time of the imperialism. It was, therefore, a project of authoritarian nationalism, it was interventionist, but non aggressive in terms of foreign policies, as in the fascist case, of which it takes up the idea of a nation as an ethical, political and economic unity that takes place as a whole in the Corporative State, without absorbing the foundation of the totalitarian State-party that controls all the aspects of the social life.

**Keywords:** Nation, nationalism, authoritarianism, totalitarianism, fascism, “Estado Novo”

## INTRODUÇÃO

Ao enfrentar em perspectiva comparada a ideia de nação entre nacionalismo, fascismo e autoritarismo na Itália e no Brasil entre as duas guerras mundiais, temos a consciência de que a comparação, como indica o grande historiador francês March Bloch, serve sobretudo para colocar em destaque as diferenças. Comparar não significa encontrar analogias, dizer que é tudo igual. Esta regra geral tem maior valor quando nos confrontamos com o problema da identidade e da cultura brasileiras, tema ainda central no debate teórico sobre o pensamento político brasileiro.

É preciso perguntar-se, seguindo o caminho das reflexões de Antonio Candido e Roberto Schwarz, se e de que modo o Brasil, país marcado fortemente pelo seu passado colonial, construiu uma cultura nacional na sua fase de inserção na economia internacional e no capitalismo monopolístico (Candido, 1973; Schwartz, 1992). Trata-se, em outras palavras, da questão das “ideias fora do lugar”, ou seja, a reflexão sobre a suposta inadequação dos modelos provenientes do “centro” europeu e norte-americano – no caso específico, o contraste estridente entre o liberalismo e a sociedade escravocrata – para responder à especificidade e a unicidade de um país “periférico” como o Brasil, preocupado com o próprio processo de reprodução social, tortuoso e contraditório, depois da conquista da Independência.

Sob a luz desta indispensável premissa teórico-metodológica, é claro que voltar a discutir as categorias de “importação” e/ou “imitação” das ideias para pensar sobre os efeitos políticos da clivagem centro-periferia na formação das características específicas do pensamento político brasileiro não nos parece útil para avançar no debate. A comparação assume um valor quando o estudioso concentra-se sobretudo no que é distinto e segue seu “caminho específico”, ciente de que a unicidade pode ser colhida somente no quadro de uma “circulação-compartilhada” de ideias em nível global. Nesta perspectiva, o período entre as duas guerras mundiais parecer ser ainda hoje uma mina inexaurível de problemas abertos, sobre os quais devemos nos interrogar, sem fornecer respostas pré-constituídas, se queremos seguir a revisão crítica necessária do nosso presente.

Dois grandes estudiosos das ideias nos encaminham numa perspectiva metodológica e conceitual diferente, e portanto mais produtiva para os fins de nossa comparação.

Um é o historiador italiano do Iluminismo, Franco Venturi. Numa obra ainda fundamental nos dias de hoje sobre o Iluminismo italiano – *Settecento riformatore* – Venturi nos indica o caminho do Iluminismo e sua afirmação entre lutas e consensos. Partindo do modelo francês, ideias circularam rapidamente na Europa, até transformar-se em praxe, ou seja, guia para a emancipação dos povos europeus (Venturi, 1969). Este processo de circulação das ideias foi a base do romantismo do século XIX, do marxismo e do positivismo entre os dois séculos, e, a nosso ver, do nacionalismo e do fascismo entre as duas guerras mundiais.

De forma análoga, um outro grande historiador dos movimentos das ideias, o norte-americano Henry Stuart Hughes, no clássico *Consciousness and society*, convida a fazer um tipo de história da formação e do desenvolvimento das ideias que inspiraram as elites dos governos na Europa, mostrando como estas, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX passaram, mesmo de forma modificada, de um campo de pensamento para outro (Stuart Hughes, 1958).

Servindo-nos da grande lição do método de Venturi e Stuart Hughes, o objetivo deste trabalho é comparar as ideias de nação, com uma atenção específica ao uso “mitológico” que se faz de tal conceito, que emerge antes no nacionalismo italiano e logo no nacionalismo brasileiro dos primeiros anos do século XX, para chegar, enfim, a ver como tal ideia, reelaborada e radicalizada, torna-se parte significativa da bagagem ideológica da via italiana ao totalitarismo fascista e da via autoritária ao Estado Novo.

É um período crucial para compreender as raízes da globalização atual. Um período que podemos definir com a feliz definição de “pensamento estratégico” (Barbano, 1998), pois colocam-se as precondições do mundo atual. Trata-se de uma questão de enorme atualidade, que investe numa série de problemas que nos tangem de perto.

1. Precisamos ainda de uma ideia de nação que, privada dos seus mitos totalizantes, possa até agora ser o pivô sobre o qual fazer girar um projeto de cidadania e democracia na era da globalização?

2. Pode se falar de nação somente em termos de “mito” e/ou de nacionalismo, já superados pelos processos de integração supranacional do segundo pós-guerra? Como diria o máximo estudioso do nacionalismo, Ernest Gellner, historicamente falando não há nação – ou melhor – Estado-nação sem o nacionalismo (Gellner, 1983).

Mas fazer confluir todo o problema da nação e de seus usos mitológicos no curso dos últimos duzentos anos na época dos nacionalismos totalitários apresenta ao mesmo tempo méritos e defeitos.

Vejamos qual é o mérito. A leitura de Gellner mostra a preocupação ética de advertir sobre a linha sutil que separa a revisão necessária de um passado tanto recente quanto doloroso e o risco de cair num revisionismo histórico que leva ao “uso político da história”. Para entender, podemos concordar em linha geral com uma definição de nacionalismo ampla e portanto não restrita ao período entre as duas guerras, como esta dada pelo principal historiador do fascismo italiano, Emilio Gentile: “Com o termo nacionalismo tenho a intenção de definir qualquer movimento cultural e político que se proponha em afirmar o primado da nação como entidade histórica, cultural e política, que se concretiza na organização do Estado nacional, identificando-se a com a pátria” (Gentile, 1997, p. 4). Pode-se também concordar com Gentile quando, para sustentar sua definição, afirma que a ideologia dominante de um nacionalismo e um patriotismo geneticamente “bom” ou “mau” impede-nos de ver o papel que tiveram nos últimos duzentos anos da história e como estes são historicamente acompanhados pelo liberalismo, pela democracia, pelo racismo, pelo fascismo etc. Mas nos perguntamos se este raciocínio não corre o risco, por sua vez, de levar também ao revisionismo histórico. Pois se é verdade que haja a necessidade de uma análise “científica” dos conceitos de nação-nacionalismo, livre dos seus usos mitológicos, é também verdade que o historiador que se dedica “cientificamente” ao problema do nacionalismo no século XX há de trabalhar uma escolha de campo ético-político. Ou seja, não é suficiente dizer que não existe uma nacionalismo geneticamente “bom” ou “mau”, nem é suficiente estudar suas diversas formas. Com este escopo, tomamos os casos da Itália durante a guerra civil de 1943-1945 e da Espanha durante a guerra civil espanhola 1936-1939. São duas ideias de nação que se contrapõem radicalmente: de um lado, há homens que combatem por uma ideia de pátria fascista; de outro, combate-se por uma ideia de pátria antifascista, livre e democrática. São somente

duas ideias de nação, diferentes e contrapostas, porém dotadas da mesma legitimidade? E quem combatia pela sua causa fascista pode ser comparado a quem combatia pela causa da Resistência? Se a Europa tivesse sido *nazificada*, resultaria uma Europa livre? Deste ponto de vista a lição de Gellner é fundamental. Qual porém é o seu defeito? Há a sensação de que esta excelente leitura histórica do nacionalismo corre o risco de deixar de fora uma análise cientificamente mais fundada nos vários processos de construção do nacionalismo europeu. Claro, pode-se concordar sobre o fato de que alguns modelos de homologação cultural são comuns a todos os países na fase de “*nation building*”, mas existem também diferenças evidentes. Por exemplo, o nacionalismo “liberal” inglês e o nacionalismo “republicano” francês apresentam uma gama de diferenças notáveis, assim como são notáveis as diferenças entre a “nacionalização das massas” da Terceira República francesa e aquela do Império Guilhermino na fase da expansão imperialista da segunda metade do século XIX. À luz destas considerações, podemos falar, indo além do período do nacionalismo agressivo, de identidades nacionais persistentes no processo de integração supranacional, como é o caso da Comunidade europeia?

Se nos colocarmos de forma específica no âmbito dos estudos italianos, podemos tecer algumas considerações que fazem deste tema algo atual. Em 2011, a Itália completa 150 anos; é um país jovem e antigo ao mesmo tempo. Há nele uma grande e antiga cultura humanista, mas no fundo é um Estado-nação “jovem” se comparado a outros países de formação nacional mais antiga.

Para muitos estudiosos, não somente italianos, a falta de uma ideia de nação forte, em torno da qual construir um desenho político-social, constitui um dos limites estruturais no qual se identificam causas de longo e curto prazo da atual crise italiana. Com uma unificação relativamente breve; duas guerras mundiais; o fascismo e seu projeto de se colocar como única ideia possível de nação para construir a identidade italiana (a italianidade), uma desfeita na Segunda Guerra Mundial, que coloca em crise a própria ideia de nação; com o armistício do dia 8 de setembro de 1943; e uma reconstrução da identidade nacional do segundo pós-guerra que parece ainda estar em processo e longe de sua completa realização, a Itália representa um caso de estudo muito interessante no âmbito dos estudos sobre a nação e o nacionalismo entre os séculos XIX e XX.

De forma específica, se restringirmos nosso campo de pesquisa ao período fascista, vemos como o fascismo possui uma dupla ambição: de identificar-se com a ideia de nação italiana, apresentando-se como apogeu do nacionalismo, e de difundir seu modelo de nação ao mundo latino, não somente aos italianos residentes fora do país, mas também a outros povos de raiz latina.

Trata-se, portanto, de uma boa forma de abordar também temas centrais pouco estudados, como a dimensão “internacional do fascismo” (Larsen, Hagtvet, Micklebust, 1980; Collotti, 1989; Payne, 1995; Linz, 2003) e sua vocação de difusão como “fenômeno em andamento” entre as duas guerras mundiais (Paxton, 2005).

No que diz respeito ao pensamento político brasileiro, movendo-nos portanto sobre o hiato aberto pelo projeto “Linhagens do pensamento político e social brasileiro”, a ideia central deste estudo comparativo é que, partindo da crise do liberalismo iniciada entre o fim do século XIX e início do século XX, o nacionalismo brasileiro da primeira metade do século XX tentou “construir” rapidamente a nação política (o Estado), ancorando-o, por um lado, às ciências sociais e jurídicas da época; por outro, recuperando o passado nacional numa nova síntese ideológica e mitológica (a nação cultural), nos termos de uma organização estatal moderna (a nação política), em linha com o debate internacional sobre o novo significado a ser atribuído ao Estado contemporâneo emerso da modernização e da Grande Guerra, para superar rapidamente o atraso de um país colonial e alcançar a autossuficiência econômica numa fase em que as nações imperialistas dividiam o mundo naquilo que foi um verdadeiro *struggle for life*, de matriz naturalista-determinista, da qual a Primeira Guerra mundial teria sido o apogeu.

Também neste caso, trata-se de uma reflexão atual, pois tange os problemas abertos da nação e sua relação com o atraso, o desenvolvimento e a modernização, examinados através do pensamento nacionalista autoritário brasileiro.

Nesta perspectiva, tendo como referência o caso italiano, interessa-nos compreender como as ideias de nacionalismo e fascismo difundiram-se no nacionalismo brasileiro entre as duas guerras e como estas, por comparação ou contraste, forneceram argumentos importantes para a exigência de se criar um Estado-nação forte para dar identidade ao “povo-massa amorfa brasileira”. Referimo-nos à categoria de “autoritarismo instrumental”, teorizada por Wanderley Guilherme dos Santos para

definir uma corrente do pensamento autoritário brasileiro do século XX – que tem como principal expoente Oliveira Vianna –, cujo objetivo é a construção de um Estado autoritário transitório, capaz de transformar a sociedade e chegar, enfim, a um autêntico sistema liberal (Santos, 1978).

Percorrendo o caminho indicado por *Linhagens*, trataremos de ver como esse “autoritarismo instrumental” de matriz nacionalista pode constituir uma das grandes linhas para refletir sobre o Brasil contemporâneo.

## **NACIONALISMOS EM COMPARAÇÃO**

Conforme mencionado anteriormente, o nacionalismo italiano é um interessante caso de estudo. Não se pretende aqui reconstruir sua história, mesmo porque há uma abundante e valiosa leitura sobre o tema. Assim, limitamo-nos a tecer algumas considerações sobre ele.

Acreditamos que o ano de 1911 seja o *terminus a quo* mais correto para iniciar nossa análise, pois trata-se de uma data significativa, que marca o quinquagésimo aniversário da nação italiana, que se apresentou aos italianos de todos os níveis sociais como um país de antiga civilização humanista, ao mesmo tempo jovem e ansioso para se colocar no mesmo nível dos grandes povos ocidentais – França e Inglaterra *in primis* – na construção de um conceito moderno de cidadania compartilhado por todos.

Não há dúvida de que 50 anos de união nacional não foram suficientes para se ter um juízo sobre a solidez e a eficiência do Estado constituído há tão pouco tempo, dado que o processo de criação da nação apresentava-se como um *work in progress* ao invés de algo adquirido. Qualquer pessoa atenta à realidade não teria hesitado em reconhecer que a unificação de populações que por 1400 anos, após a queda do Império Romano, haviam sido divididas, era uma meta ainda distante. Todavia, o patrimônio da epopeia do *Ressurgimento* – cujo sentido mais profundo era o de despertar uma comunidade oprimida para que reivindicasse seu próprio direito de constituir-se como nação –, alimentado pelo sentimento de sacrifícios cumpridos e outros ainda há cumprir, continha uma extraordinária força comunicativa, a ponto de convencer muitos, inclusive a grande parte do setor intelectual, da existência de uma comunidade nacional que, de fato, ainda estava distante da capacidade de se constituir.

Ao fazer um balanço dos 50 anos de unificação, a monarquia e a elite política liberal, herdeiros e baluartes das ideologias do *Ressurgimento* e do pensamento de Cavour, um dos pais fundadores do Estado italiano, reconheciam o mérito do caminho percorrido e os problemas que ainda necessitavam de soluções urgentes. Por um lado, era necessário enfrentar a pobreza, o atraso e o analfabetismo, sobretudo no Sul; mas por outro, exaltavam-se as dificuldades superadas no caminho para a unificação nacional, desde a relação com a Igreja à depredação e às lutas sociais. Até os socialistas que se colocavam fora da retórica comemorativa do mito nacional concordavam com a ideia de que a fundação do Estado unitário monárquico-burguês era um passo necessário para a nação democrático-proletária.

No período liberal criou-se uma “religião da pátria” (Chabod, 1961; Gentile, 1997; Banti, 2000). Uma operação complexa de narrativa da nação embebida em apelos sobre o próprio passado, usado como título cultural sobre o qual fundar a nação política – o Estado –, pronta para assumir os desafios da industrialização, do progresso e da técnica, sobretudo após a conquista da Líbia, que exaltou ainda mais o sentimento nacional, pois mostrava ao mundo inteiro que a Itália possuía aspirações ao direito de “um lugar ao sol” entre as grandes potências imperialistas.

A classe liberal serviu-se do mito da nação unida para recompor os conflitos de classe de uma nação *late comer* da revolução industrial, ocupada com o *take off* em direção à primeira industrialização. Neste complexo desenho de fundação do Estado nacional monárquico-liberal deve ser colocado aquilo que Hobsbawm e Ranger definem como “a invenção da tradição”, baseada na memória compartilhada de uma história que pertence aos pais fundadores do processo do Ressurgimento – a liberdade e a consciência cívica – encarnados nas instituições liberais. O Estado nacional plantava as raízes da sua legitimação na síntese entre os vários ideais do Ressurgimento, “pátria e liberdade, democracia e monarquia, nação e humanidade” (Gentile, 1997, p. 21). Em nome do binômio nação-liberdade podiam finalmente coexistir várias ideias sobre a Itália emersas durante o Ressurgimento.

Buscando valores comuns no passado lendário sobre os quais se erigir, a “santificação da pátria” apoiava o pleno desdobramento do princípio de nacionalidade por vir; conciliavam-se, portanto, princípios filosóficos marcados pelo voluntarismo e

idealismo. A moderna nação italiana era o ponto de chegada de uma bagagem cultural e histórica enraizada na tradição milenar e nas diversas épocas históricas pré-unificação (língua, civilização, religião, costumes e de certa forma também a raça). Sobre este patrimônio comum e compartilhado, o ideal da nacionalidade projetava-se no futuro, de forma harmônica com o desenvolvimento da liberdade e da coexistência pacífica entre as nações no caminho das grandes paixões políticas do século XIX.

Na verdade, o elemento naturalista-racial, embora não fosse preponderante, teve seu peso na criação do mito da nação. Estudos recentes destacaram que a tradição italiana também não foi isenta da codificação de um pensamento racial-racista, numa complexa mistura entre elementos pseudocientíficos do positivismo e elementos católicos bem enraizados na tradição italiana (lembremo-nos do preconceito antisemita veiculado pela *Civilização Católica*, órgão impresso pelos jesuítas –, sem a análise do qual tornar-se-ia bem difícil explicar o racismo fascista). O principal estudioso do colonialismo e do racismo fascista, Angelo Del Boca, evidenciou os elementos de continuidade entre a política expansionista e imperialista, impregnada de elementos racistas, da Itália liberal – *giolittiana* e a política racista antisemita da Itália fascista. São elementos preciosos para fugir do lugar comum que considera os italianos “brava gente”, isentos de práticas racistas e segregações de tipo racial. Ainda hoje deve-se ter maior clareza sobre os massacres cometidos pelo exército de ocupação italiana nos Bálcãs durante a Segunda Guerra Mundial, assim como não pode passar despercebido, em continuidade ideal entre passado, presente e futuro, que nos últimos anos o governo italiano aprovou leis que reservam tratamentos desumanos e discriminatórios, se não plenamente racistas e xenófobos, aos imigrantes da África e da Península Balcânica.

Voltando agora ao passado, é necessário perguntar-se como este mito oficial, positivo, da nação criada pelo Estado monárquico liberal começa a rachar.

Se o Jubileu de 1911 marcou o apogeu da nação ressurgimental-liberal (lembremo-nos de que até a Casa Savoia colocou-se no caminho da tradição liberal), naqueles mesmos anos começa a nascer uma “outra Itália”, fora das codificações ritualistas oficiais, relacionada às novas correntes nacionalistas de vanguarda.

Sob uma ótica comparativa, o período imediatamente precedente à Grande Guerra nos oferece muitos elementos de comparação entre os nacionalismos italiano e brasileiro.

Começamos com a Itália. A celebração dos 50 anos da Unificação foi percebida por todas aquelas vanguardas que não se reconheciam na retórica oficial do Estado liberal como uma colossal operação propagandista. Qual era a verdadeira Itália? Aquela “oficial” das celebrações, ocupada em recuperar as roupagens do seu passado, ou aquela “real”, de um país que após 50 anos da unificação ainda apresentava graves problemas sociais ignorados pela elite liberal que estava no poder?

Essa foi a ocasião para se voltar a refletir sobre “as duas Itálias”, tema que havia sido recuperado com diversos recortes analíticos: da clássica literatura de Mazzini sobre a contraposição de uma Itália oficial construída na mesa pela monarquia *sabauda* e pela elite liberal e a Itália do povo, autenticamente democrática e patriótica, passava-se à “questão meridional”, para se chegar até o contraste entre o *país legal* e o *país real* (Asor Rosa, 1975), tema que se encontra também no debate nacionalista brasileiro do princípio do século XX.

No conflito ideológico-político entre as “duas Itálias”, com o objetivo de conquistar um consenso popular de interclasse, inseria-se o movimento nacionalista endereçando-se à Itália “produtiva” e “real” dos vários estratos da burguesia, da classe operária e dos trabalhadores emigrantes – estes últimos elogiados como a encarnação da produtividade, da solidariedade e da virtude italianas – contra aquela Itália “artificial” dos liberais, dos monárquicos e dos socialistas. Neste tema central da solidariedade interclasse, o nacionalismo teria construído sua proposta corporativa, com a intenção de deslegitimar a luta de classe.

Para o recém-nascido movimento nacionalista fundado por Enrico Corradini em 1910, em continuação à “derrota de Adua”, e com o desabrochar de uma literatura política de matriz nacionalista, apresentava-se a ocasião histórica para fornecer um balanço mais objetivo dos últimos 50 anos de unificação nacional.

De um lado, devia ser reconhecido ao rei e à classe executiva liberal o mérito de terem modernizado o país; por outro, era necessário listar impiedosamente todos os limites do liberalismo, incapaz de projetar a jovem nação além do desenho original do século XIX, da unificação econômica, cultural, linguística e política. Em outras palavras, o liberalismo havia exaurido seu trabalho de baluarte da unidade nacional; agora, era necessário um novo projeto, compatível com os processos de industrialização, com o

avanço da técnica e da modernização que atravessavam o mundo capitalista do começo do século XX, e capaz de responder ao desafio do imperialismo expansionista.

Esse é o primeiro ponto crucial para se entender o nacionalismo. O novo imperialismo havia modificado o conceito de nacionalidade. Se no século XIX o princípio de nacionalidade delimitava fatores naturalistas e voluntaristas da ideia de nação, agora, no imperialismo expansionista, a nação cessava de ser o mito dos povos ainda não unidos, os quais aspiravam emancipar-se das tiranias estrangeiras e transformar-se num Estado que afirmava seu predomínio, ainda que com a força das armas, para não ser esmagado pela inevitável potência expansionista dos outros Estados nacionais.

O saldo entre o nacionalismo e o imperialismo colocava em crise a tradicional visão liberal da relação indivíduo-Estado. Numa era dominada pela competição expansionista entre as nações, fazia-se necessário que o Estado repensasse sua soberania, apropriando-se outra vez de seu papel de organização da vida coletiva. Se o objetivo de uma nação era expandir-se para se tornar “grande”, cada indivíduo deveria subordinar sua própria liberdade aos “interesses superiores” da nação, identificada como o Estado autoritário que intervinha na economia para queimar as etapas da industrialização, regulamentar o conflito entre capital e trabalho, antepondo, em nome da nação projetada em concorrência econômica e bélica com outras nações, os conceitos de ordem, organização e hierarquia ao conceito de liberdade.

Com esta bagagem mítica, sustentada todavia por uma robusta matriz positivista, os dois principais expoentes do nacionalismo italiano, Enrico Corradini e Alfredo Rocco, fazem seu ataque à Itália *giolittiana*. Para eles, enfrentar o desafio da modernidade e do imperialismo significava valorizar um patriotismo não mais inspirado no princípio de nacionalidade do Ressurgimento, mas voltado à exaltação da natureza inevitavelmente expansionista da nação, entendida como organismo que compreende uma série infinita de gerações, cujos elementos singulares são transeuntes. Para alcançar os seus escopos superiores de domínio, encarna-se juridicamente num Estado que disciplina autoritariamente cada atividade, sufocando o princípio individualista.

Para os fins do nosso discurso, vale a pena destacar uma parte do relatório “Classes proletárias: socialismo; nações proletárias: nacionalismo”, apresentado por

Enrico Corradini ao congresso constitutivo da Associação nacionalista (*Associazione nazionalistica*), em Florença, em dezembro de 1910:

Temos que partir do reconhecimento deste princípio: há nações proletárias como há classes proletárias; nações cujas condições de vida são com desvantagem submissas àquelas de outras nações, assim como as classes. Dito isto, o nacionalismo deve antes de tudo apoiar-se sobre esta verdade: a Itália é uma nação materialmente e moralmente proletária. E é proletária no período antes da libertação, ou seja, no período pré-orfânico, de cegueira e de debilidade vital. Submissa às outras nações e fraca, não de forças populares, mas de forças nacionais. Precisamente como o proletariado antes que o socialismo o abordasse.

Os músculos dos trabalhadores eram fortes como agora, mas que vontade tinham os trabalhadores de se elevar? Estavam cegos sobre seu estado. Mas o que aconteceu quando o socialismo disse ao proletariado sua primeira palavra? O proletariado acordou-se, teve uma primeira iluminação sobre o seu estado, entreviu a possibilidade de mudá-lo, concebeu o primeiro propósito em mudá-lo. E o socialismo o levou consigo, empurrou-o a lutar, formou em sua luta a sua união, a sua consciência, a sua força, as suas mesmas armas, o seu novo direito, sua vontade de vencer, seu orgulho de se destacar, o libertou, levou-o a ditar a sua lei de classe às outras classes, à nação, às nações.

Bem, amigos, o nacionalismo deve fazer algo de semelhante para a nação italiana. Deve ser, mal comparando, o nosso socialismo nacional. Ou seja, como o socialismo ensinou ao proletariado o valor da luta de classe, assim nós deveremos ensinar à Itália o valor da luta internacional.

Mas a luta internacional é a guerra? E que seja a guerra!

E que o nacionalismo suscite na Itália a vontade da guerra vitoriosa. É supérfluo advertir que a nossa guerra não é uma precipitação às armas, e que a nossa guerra vitoriosa não é uma ingenuidade poética, ou profética, mas uma ordem oral. Propomos, em suma, um “método de redenção nacional” e com uma expressão extremamente resumida e concentrada chamá-lo-emos de “necessidade de guerra”. A guerra é um ato supremo, mas o afirmar a necessidade da guerra compreende o reconhecer a necessidade de prepará-la e preparar-se para ela, ou seja, inclui um método técnico e um método moral. Um método de disciplina nacional. Um método para criar a razão formidável e inelutável da necessidade de uma disciplina nacional. Um método para criar a necessidade inexorável para voltar ao sentimento de dever. É importante para os nacionalistas que as escolas e ferrovias façam o seu dever. Um método para restaurar credencial sobretudo às virtudes e ao exercício das virtudes (os meios do Japão pobre quanto nós) que os burgueses e sua opinião pública e seu bom senso e as classes executivas e os homens da política, o parlamentarismo, como diria Vincenzo Morello, colocaram de lado por respeito à vida da nação italiana. Um método finalmente para renovar o pacto de solidariedade de família entre as classes da nação italiana. Um método para provar a necessidade e a utilidade deste pacto. Por anos e anos foi rogado aos trabalhadores italianos pelo socialismo, nosso mestre e adversário, que era do seu interesse fazer-se solidário com os trabalhadores da Conchinchina e do Paraguai e romper qualquer solidariedade com os seus patrões e com a nação italiana. É necessário fixar no cérebro dos trabalhadores que têm um interesse maior para manter-se solidários com seus próprios patrões e sobretudo com a sua nação e mandar para o inferno a solidariedade com seus companheiros do Paraguai e da Conchinchina. Em suma a Itália, desde que foi constituída em liberdade e unidade, perdeu duas guerras e não resolveu a questão do *Mezzogiorno*. Na política das alianças chegou a

ser inimiga dos seus aliados e amiga dos seus inimigos dos seus aliados, e enfim sem moral com uns e com os outros. Nem suspeitou que se pudesse imprimir à emigração um movimento com finalidade nacional e já exauriu todas as suas instituições e já cansou todos os seus partidos. Ou seja, o resultado da nossa política internacional e da nossa política nacional é ruim. Quais as causas? É necessário um esforço de revisão geral. O nacionalismo propõe-se a este trabalho. O sistema precisa ser mudado, é necessário encontrar um melhor sistema de homens e coisas. O nacionalismo quer encontrá-lo. Esta é a sua razão de existir (Corradini, 1980, pp. 163-175).

Na ótica da comparação, vale a pena destacar diversos pontos. É interessante notar como a concepção nacionalista de Corradini quer superar o “atraso” histórico da Itália potencializando a ideia de nação. Mesmo tendo conhecido uma época de relativo progresso nas décadas que se seguiram à unificação ressurgimental-liberal, o país aparece aos seus olhos “pobre”, desunido em seu interior e fraco no plano internacional. Esta visão está na base do seu conceito de “nação proletária” que, para não sucumbir, há de se equipar para sustentar o embate com as nações mais fortes, pois os princípios fundamentais da vida, dos indivíduos e das entidades coletivas são a força e a luta. Com tal escopo, o nacionalismo deve se inspirar em seu inimigo mortal, o socialismo. No plano interno, é necessário subtrair-lhe o monopólio da questão “social”, propondo um programa alternativo de resolução do conflito capital-trabalho emerso da modernização, enquadrado em um novo conceito orgânico de nação, a qual, por sua vez, ao tornar-se historicamente Estado, recusando qualquer forma de individualismo, de liberdade e de democracia, deve recrutar sua classe executiva na parte mais aristocrática da sociedade, para inculcar em cada cidadão aquele espírito de sacrifício “heróico” – prerrogativa dos “melhores” da nação –, necessário para conseguir seus fins. É portanto uma concepção que solda uma visão materialista recuperada do socialismo com uma ideia de nação “espiritualista”, fruto da encarnação da estirpe.

No plano da política externa, o nacionalismo deve apresentar-se como a transposição internacional do socialismo, vale dizer que é possível afirmar e consolidar a solidariedade entre as classes somente transferindo a luta de classe interna ao plano internacional, somente com a guerra. Deve-se, portanto, dar início a uma luta de classe entre “nações proletárias” (Itália e Alemanha, recém-unificadas) e “nações ricas” (as plutocracias da Inglaterra e França), inspirada pelo princípio naturalista da “bella omnium contra omnes”, para realizar o primado da potência nacionalista em ter “um lugar ao sol” entre as nações imperialistas. Trata-se, portanto, de um “nacionalismo

social” e já fortemente agressivo, no qual inspirar-se-ão o fascismo italiano e o nacionalismo social de Hitler. Mas é importante destacar que encontramos o conceito de “nações plutocráticas e proletárias” – filtrado através da “teoria do protecionismo” do intelectual e homem político romeno Mihail Manoïlesco – mesmo no pensamento nacional-intervencionista de Roberto Simonsen, que irá usá-lo em 1931 para justificar seu industrialismo baseado na ideia das nações “melhores” e “piores”.

Voltemo-nos agora ao Brasil. Antes, todavia, temos que fazer alguns esclarecimentos preliminares. Da mesma forma que no caso italiano ocupamo-nos da questão do nacionalismo que leva ao fascismo, no caso brasileiro vamos nos ocupar da questão do nacionalismo que leva ao Estado Novo. Se nos colocarmos na perspectiva da “circulação de ideias”, interessa-nos ver se e como se cria um movimento nacionalista brasileiro no princípio do século XX, ou seja, se é um movimento orgânico ou são vários movimentos semelhantes mas separados, ou são intelectuais agindo isoladamente. A questão, portanto, está relacionada ao papel crucial exercido pelos intelectuais como “produtores de ideias”, tema em que prevaleceu por muito tempo a tese da escola *brasilianista* anglo-saxã (Skidmore por todos), que vê o Brasil entre o fim do século XIX e começo do século XX como um país incapaz de produzir intelectuais, enquanto país rural. Este poderia, portanto, somente “imitar” e/ou importar modelos estrangeiros, pois não possuía uma classe intelectual capaz de pensar o Brasil de forma original. Mas, como nos ensina a teoria *gramsciana* do “intelectual orgânico” elaborada pelo filósofo italiano observando também a Itália pós-Ressurgimento, não há nenhum nexo entre a modernização de um país e sua produção de intelectuais. A Itália analisada nos *Cadernos do Cárcere* era um país de prevalência rural, que já produzia uma elite intelectual capaz de pensar de forma teoricamente original as relações entre cidade, mundo campestre e estratos operários na passagem do Estado liberal para o Estado nacional das massas.

Parece-nos então mais produtivo seguir a linha interpretativa de Miceli e Pécaut, os quais – mesmo com suas diferenças – mostram que, no princípio do século XX, o Brasil produziu um “campo” de intelectuais empenhados em estudar “profissionalmente” a questão nacional, elaborando modelos às vezes inspirados nos estrangeiros para compreender as características originais do país com a finalidade de transformar a realidade (Miceli, 1979; Pécaut, 1990). Este foi o caso de Alberto Torres, Oliveira Vianna,

Azevedo Amaral, Francisco Campos, Candido Motta Filho, Plínio Salgado, Roberto Simonsen, só para citar os mais importantes.

Conforme afirmamos, no caso italiano, o período entre 1912-1922 – com a conquista da Líbia, a grande guerra e o fascismo no poder – constitui o nó crucial da transformação da ideia de nação de ressurgimental-liberal em imperialista sob a influência do movimento nacionalista. Também no caso brasileiro – mesmo não tendo o Brasil participado da guerra –, aquele período foi decisivo para a redescoberta da questão nacional, pois foi sob o efeito disruptivo da guerra que a questão nação-Estado foi repensada no país.

O primeiro elemento para uma análise comparativa entre a ideologia nacionalista italiana e a brasileira é o contraste entre o “país legal” e o “país real”. Nesse sentido, cabe lembrar Alberto Torres, justamente considerado como precursor do nacionalismo autoritário. No seu texto fundamental *O problema da organização nacional*, de 1914, o tema do “Brasil legal” e do “Brasil real” é central. De um lado, temos um “Brasil artificial”, fruto de uma mentira arquitetada pela elite liberal no poder, inspirada em modelos estrangeiros; de outro, temos o “Brasil real”, tomado por graves problemas sociais e econômicos, com um povo anômico, totalmente deseducado para a participação política, amorfo e desarticulado. Se ambos não saíssem de seu isolamento – esta é a tese de Torres – para abrir um diálogo, toda a organização jurídico-política do Estado estaria destinada à catástrofe.

Como no nacionalismo italiano, também neste caso prevalece uma visão da nação que oscila entre o positivismo e o voluntarismo. Trata-se, claramente, de um conceito de nação que planta suas raízes na história do Brasil e, portanto, está ligado à realidade de um país atrasado. Se no nacionalismo italiano a problemática nacional soldava-se ao imperialismo expansionista, no pensamento de Torres o conceito de nação liga-se à noção de “atraso”. Para superar esse atraso, valorizar sua riqueza interna e subtrair-se ao jugo das nações estrangeiras sempre mais fortes em afirmar sua autonomia, a nação – também neste caso vista como organismo que transcende a existência dos indivíduos e prolonga-se no tempo – deve se organizar no Estado (a nação política), que disciplina autoritariamente cada aspecto seu, subordinando a liberdade do indivíduo aos seus fins superiores. Essas são ideias que começam a circular rapidamente (Torres, no campo

liberal; Vianna, Amaral e Motta Filho, no campo nacionalista; Simonsen, no campo do industrialismo nacionalista).

No efervescente clima nacionalista da época, influenciado pelas ideias de Torres, assistimos ao florescer de movimentos e revistas nacionalistas: a *Revista do Brasil* (São Paulo, 1916), sem dúvida a mais importante do nacionalismo brasileiro do primeiro pós-guerra; *Propaganda nativista*, fundada em 1919, que entre seus colaboradores tinha Jackson de Figueiredo, da qual nasce a *Ação Social Nacionalista*, que deu vida ao periódico *Gil Blas*. Entre outras expressões, deve ser lembrado o periódico *Brasileia* (1917-1918), logo retomado entre 1931 e 1933 com Álvaro Bomilcar. Nesse clima propício ao nacionalismo, Oliveira Vianna publica, em 1922, sua obra-prima *Populações meridionais do Brasil* e, nesse mesmo ano, nasce o movimento modernista, de inspiração nacionalista. Para concluir essa fase de intenso nacionalismo, cabe lembrar o volume *À margem da República*, de 1924, também com Vianna entre seus principais colaboradores.

Quais são as analogias e diferenças em relação ao movimento nacionalista italiano, que nasce na mesma época? Como foi dito, também no nacionalismo brasileiro o ponto de partida é a crítica ao liberalismo, acusado de ter criado um falso Brasil (o Brasil legal), cópia malfeita dos modelos liberais europeus. É emblemático daquela estação o Movimento Nacionalista de São Paulo, cujas ideias sem dúvida seguem o pensamento de Alberto Torres. Esse Movimento surgiu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; entre os principais expoentes de seu comitê de organização estavam Sarti Prado, Clóvis Ribeiro, Júlio de Mesquita Filho, Pereira Lima e Joaquim Sales Júnior. Para os fins de nossa comparação, analisamos agora o programa do Movimento de 1915.

Em primeiro lugar, ele se distancia do nacionalismo europeu, visto como agressivo e expansionista. Para afirmar-se como fenômeno autêntico, ligado às próprias raízes, o nacionalismo deve ter como objeto de referência a questão nacional brasileira; seu objetivo é o desenvolvimento da riqueza, da força e do prestígio do Brasil. É um nacionalismo anti-imperialista, que tem como objetivo defender o território nacional das agressões das nações mais fortes para realizar um Grande Brasil autônomo. Trata-se portanto de um nacionalismo voltado à questão nacional e social.

De acordo com as ideias desenvolvidas por Torres em *Problema nacional brasileiro*, o Brasil é apresentado como um país dominado pela anarquia social e privado de nacionalidade.

Frente à situação de caos interno, o nacionalismo é o movimento ideológico político voltado a valorizar os interesses superiores da nação em relação aos interesses de qualquer regionalismo, de qualquer classe, de quaisquer indivíduos. A nação é, portanto, um organismo que transcende o indivíduo. Para afirmar essa crença, é necessário iniciar um forte movimento de ideologização da nação, valorizando os conceitos de “interesse superior”, de dever, de sacrifício, de solidariedade e de subordinação de cada indivíduo. Trata-se de um trabalho longo e cansativo de educação do povo, a ser realizado por intermédio de um Estado que frise autoritariamente na consciência de cada cidadão a ideia de sacrifício de sua liberdade individual em nome da nação (Lima Sobrinho, 1968, pp. 399-403).

Cabe indagar qual era a classe social de referência do nacionalismo brasileiro.

O nacionalismo italiano voltava-se aos jovens intelectuais, às classes médias e à burguesia produtiva. Estes setores, emersos da modernização, ambicionavam um espaço maior na gestão da política nacional e na administração do Estado, numa fase em que a ascensão do proletariado e do movimento católico afastava a hegemonia da burguesia ressurgimental liberal. Eram gerações nascidas entre o final do século XIX e o início do século XX, que não se reconheciam no binômio Pátria-Liberdade, de matriz ressurgimental, e se autorrepresentavam como precursores de uma “nova Itália”, da qual teriam valorizado a grandeza. Propondo-se como classe dominante, que deveria fazer-se intérprete do patriotismo nacionalista para construir um Estado novo, levavam consigo também as massas proletárias a acreditarem no mito da “Grande Itália” imperialista, à qual cada indivíduo devia submeter-se cegamente em nome da unidade nacional. Sabemos bem que a sobreposição da renovação do mito nacional sobre o qual construiu-se a Itália liberal não só não conduziu ao retorno da unidade nacional, como, interligando-se ao confronto entre neutros e intervencionistas durante a Primeira Guerra Mundial, abriu caminho para uma guerra civil desembocada no confronto fascismo-antifascismo.

No nacionalismo brasileiro, ao contrário, é difícil distinguir um sujeito social que possa representar o interesse superior da nação, conquistando o Estado para organizar a

sociedade em nome dela. Seja em Torres, seja no nacionalismo brasileiro do primeiro pós-guerra, a questão da hegemonia não é clara. Além de afirmações genéricas sobre a exigência de se criar um Estado forte que em pouco tempo pudesse plasmar o povo em busca da ideia de nação, não temos uma visão clara de qual seja a classe que poderia levar a nação à realização dos seus interesses. Tocamos aqui num problema clássico da historiografia brasileira. Para Caio Prado Jr., a burguesia brasileira não só não construiu um projeto hegemônico nacional e anti-imperialista, mas também permaneceu, de um lado, dependente do capital estrangeiro; do outro, passa a depender diretamente da ação estatal e das iniciativas públicas entre os anos vinte e trinta (Prado Jr, 1966, p. 194). A análise de Werneck Sodré compartilha posi o semelhante. A passagem do feudalismo ao capitalismo   acompanhada por uma “revolu o burguesa singular”, pois velhas estruturas resistem: o latifúndio, em declínio, e o imperialismo, em transforma o (Sodré, 1977, p. 73). No lado oposto, Oliveira Vianna retoma a mesma no o de classe social inorgânica. O sociólogo estende a categoria de “insolidarismo” a toda estrutura social brasileira; a seu ver, a falta de solidariedade e a ausência de espírito associativo eram encontradas até mesmo nos setores mais produtivos e esclarecidos do país. Na sua visão organicista,   tarefa de um Estado forte infundir consciência nacional e solidariedade interclassista às massas produzidas pelos processos de moderniza o que atravessam o Brasil (Vianna, 1987).

Esse   um ponto crucial. O esquema conceitual comum às análises sinteticamente expostas acima concentra-se sobre aquilo que falta e não sobre o que já existe na passagem do Brasil do feudalismo ao capitalismo. Dada a ausência de uma burguesia incapaz de tornar-se a classe dominante e de um proletariado ainda imaturo, em breve o Estado passaria a ocupar um espaço político e econ mico que se encontrava vazio..

Trata-se de um paradigma clássico, que nos últimos anos foi alterado por novas interpreta es baseadas num estudo mais aprofundado sobre o vínculo entre os objetivos industriais e a ideologia nacionalista. Nesta perspectiva, e na tentativa de encontrar um ponto de analogia entre o nacionalismo italiano e o brasileiro sobre a questão da rela o entre burguesia produtiva e na o, a compara o pode ser feita com a ideologia nacionalista de Roberto Simonsen.

Para Gorender (1998), sem deslegitimar o papel do Estado no desenvolvimento econômico, deve-se observar que a burguesia, mesmo não tendo feito sua revolução, não se comportou como espectadora passiva dos acontecimentos históricos, mas dotou-se de sua própria autonomia de projeto explorando as possibilidades e ignorando os limites impostos pelo Estado intervencionista. Isto é bem visível no projeto de Simonsen de defender a indústria como componente mais importante do interesse nacional. Não se trata de uma simples visão protecionista, mas de um projeto de desenvolvimento que leva em consideração a compatibilidade entre todos os setores produtivos da nação, colocando, todavia, a centralidade na industrialização através da planificação econômica regrada pelo Estado.

Da análise feita até agora, podemos extrair algumas conclusões ainda provisórias, uma vez que se trata de uma pesquisa em andamento.

O nacionalismo não foi necessariamente autoritário. Na Itália, ele se juntou ao socialismo, ao republicanismo, ao liberalismo e ao catolicismo. Todavia, para os fins de nossa análise comparativa, interessa-nos ver, no caso italiano, o movimento nacionalista nascido em 1910 e confluído quase completamente ao fascismo em 1922. No caso brasileiro, cabe examinar aquelas tendências, grupos, intelectuais – algumas vezes isolados – e revistas, cujas ideias encontravam sua realização prática na Revolução de 1930 e no Estado Novo. Portanto, analisamos aqui aquela parte do nacionalismo, também a mais consistente, que no caso italiano afirmou-se com o fascismo e o totalitarismo e, no caso brasileiro, afirmou-se com o autoritarismo.

A crítica ao liberalismo é o horizonte comum entre os nacionalismos italiano e brasileiro. A distância entre o *país legal* e o *país real*, amplificado pela Grande Guerra, constitui o ponto de partida para uma análise “positiva” da realidade social em ambos os movimentos. No movimento nacionalista italiano, assim como no conjunto de movimentos que caracteriza o nacionalismo brasileiro, os temas da crise do liberalismo, do povo “massa amorfa”, do caos social e da anarquia haviam constituído a base conceitual sobre a qual fundar um Estado novo de matriz autoritária, cujo pressuposto era o novo conceito de nação, totalmente diferente do conceito liberal.

Em ambos os nacionalismos, a nação foi vista como um organismo que transcendia o indivíduo e a classe, em oposição ao marxismo e ao liberalismo. A ideologização da

nação – exaltada como uma entidade suprema, a cujos interesses superiores cada indivíduo deveria subordinar e sacrificar a própria liberdade e em nome da unidade da qual deveria ser suprimido qualquer conflito de classe interno à sociedade – conduziu, no caso italiano, à consolidação entre a nação e o imperialismo expansionista, guerreiro e nacionalista (a Grande Itália), terreno de incubação para o fascismo totalitário. No caso brasileiro, ela conduziu – mesmo partindo do mesmo horizonte de problemas e em sintonia com uma análise realista do Brasil –, à consolidação entre nação, atraso e reforço dos recursos nacionais para criar um grande Brasil, livre das agressões do capitalismo estrangeiro, como era nas intenções do projeto nacional desenvolvimentista do Estado Novo. Nos dois casos, o nacionalismo tendeu à criação de um Estado autoritário, capaz de organizar a nação em seu enfrentamento com a história.

No caso italiano, a busca do Estado Novo partia do pressuposto de que o liberalismo havia realizado parcialmente a ideia de unidade, porém, no campo da política interna, ele não só não havia compreendido a questão social, acentuada pela irrupção das massas na história, sob o efeito da modernização ocorrida entre o final dos séculos XIX e XX, como não possuía um programa de política externa capaz de competir com as demais nações imperialistas.

No caso do Brasil, nas suas várias formas e tendências, o nacionalismo exigia um Estado autoritário capaz de criar o povo por meio de um trabalho paciente de educação nacional. Sobre esta base, seria possível promover a superação do atraso de uma nação imensa que caminhava para a conquista de sua autonomia econômica e política. A Revolução de 1930 inseriu-se nesta circulação compartilhada de ideias nacionalistas do começo do século XX.

## **FASCISMO E ESTADO NOVO. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Podemos observar agora como esta bagagem ideológica nacionalista confluiu no fascismo e no Estado novo. O advento do fascismo na Itália do primeiro pós-guerra marcou o apogeu daquele processo de ideologização iniciado pelo movimento nacionalista. A famosa frase de Benito Mussolini “tudo dentro da nação, nada fora da nação” sintetizava bem um processo de apropriação ideológica do mito da nação sob todos os pontos de vista. Com a intenção de afirmar-se como o primeiro projeto

totalitário da história, o fascismo teve como ambição identificar-se com a nação ao ponto de permeá-la com sua ideologia.

Trata-se de uma operação de re-apropriação da nação bem diferente daquela do liberalismo pós-Ressurgimento, pois mesmo carregada de rituais não estranhos às épocas precedentes, ela rejeita o binômio nação-liberdade para afirmar, no exterior, a lógica do domínio imperialista sobre os outros povos, e, no plano interno, a lógica da exclusão “amigo/inimigo”(Carl Schmitt), herdada da experiência da Grande Guerra. É nessas lógicas que ela forja o culto da violência, da agressividade e do sentimento de pertença e camaradagem a uma comunidade nacional unida pela mesma cultura, espírito e estirpe, das quais estão excluídos todos aqueles que não se identificam “religiosamente” e “cegamente” com tais ideais de nação (os anti-fascistas dos anos vinte, os judeus e outras minorias nos anos trinta), ao ponto de começar e encerrar sua parábola política com uma dramática guerra civil, que até hoje marca a questão nacional no imaginário coletivo dos italianos.

Afirmar que o fascismo arrogou-se o direito de representar a pátria de todos os italianos não significa, todavia, dizer que seu projeto de apropriação da nação fosse claro e coerente desde suas origens.

A imagem tradicionalmente monolítica do totalitarismo fascista e nazista foi muito modificada ao longo dos anos. Em sede historiográfica, emergiu uma visão muito mais dinâmica de tais fenômenos, atravessados por lutas de poder entre diferentes facções no seu interior, tanto que se falou de “policentrismo” para o fascismo e de “policracia” para o nazismo (Neumann, 1975; Kinkhammer, 1993).

A relação fascismo-nação é, portanto, um problema complexo que se modifica no curso do tempo. Na tentativa de encontrar um elemento unificador para toda a experiência fascista, podemos afirmar que, desde que surgiu na cena política nacional, o movimento fascista quis se apropriar da nação para modernizá-la na forma de um Estado totalitário, eficiente e organizado, seguindo o passo da modernidade do século XX.

Observou-se que a ideologia fascista não foi um sistema de pensamento organizado de forma lógica (Gentile, 1975). Esta análise partilhável leva-nos a pensar a relação entre o fascismo-nação como um complexo de elementos espirituais, recuperados pela tradição nacional, e de elementos racionais projetados na modernidade. O fascismo

foi um fenômeno moderno, herdeiro do nacionalismo modernista e do futurismo, mas com um olho mirando o passado romano, cuja civilidade se declarava o ideal continuador no mundo moderno. Uma síntese original, portanto, do antigo e do moderno, que renova o mito da estirpe na exaltação coletiva pela participação vitoriosa da Itália na guerra.

Se da tradição o fascismo recuperou uma bagagem de mitos e símbolos nacionais já usados pela retórica propagandista do intervencionismo nacional, da modernidade ele tomou, ao contrário, o princípio fundamental da organização da nação em Estado.

A novidade desta ideia de nação já é bem clara desde sua fundação em 1919. No Manifesto de São Sepolcro, ato de fundação do fascismo, afirma-se a superioridade da nação – não mais vista como “a simples soma de indivíduos vivos nem o instrumento dos partidos para o próprio fim, mas um organismo que compreende uma série indefinida de geração cujos indivíduos são elementos transeuntes; é a síntese suprema dos valores materiais e imateriais da estirpe” (Aquarone, 1962, p. 5).

Nesta visão da nação, o Estado assumia um papel fundamental, pois é a nação que se organiza no plano cultural, político, social, jurídico e econômico. O Estado é responsável por fixar na consciência de cada cidadão a ideia de que a nação fascista vinha acima de tudo. Em seu projeto de absorver a nação dentro do totalitarismo, na primeira fase que vai das origens ao 1925, o fascismo quis criar um Estado novo, que se distanciava completamente do Estado liberal.

As acusações que o fascismo fazia ao liberalismo eram substancialmente aquelas feitas pelo movimento nacionalista: o Estado liberal não cumpriu a revolução nacional iniciada com o Ressurgimento; não soube inculcar nos italianos um amor cego pela pátria; não soube integrar ao Estado as massas emersas da modernização; viu sua unidade enfraquecida pela ação desagregadora de ideologias estrangeiras e de partidos; não soube reivindicar a vitória italiana na mesa de negociações após a Primeira Guerra Mundial (a vitória mutilada). O liberalismo é, portanto, apresentado pelos fascistas como um fenômeno “antinacional”, ou seja, fora da tradição ressurgimental-nacional, da qual o fascismo se propõe como continuador ideal, em seu intento de dar uma identidade estatal forte à nação através de um projeto que enfrentava todos os aspectos da vida nacional.

Geralmente, os historiadores indicam o ano de 1925 como divisor de águas para compreender a passagem do “fascismo como movimento” ao “fascismo Estado

totalitário”. Esta fase marca a apropriação fascista do conceito de nação frente à criação do Estado-partido totalitário, preparado para absorver a esfera privada na esfera pública e absorver a nação numa totalidade inseparável. A concepção fascista vê a nação como um organismo que, ao se colocar histórica, cultural e geograficamente, precisa de um Estado; para ele, nada pode acontecer fora do Estado, e o Estado tem o dever de salvaguardar a nação de todos os partidos que tentarão desagregar a unidade, constituindo-se como um Estado de partido único, protetor e difusor do *volkergeist* totalmente assimilado pela ideologia oficial do fascismo.

Quem tentou teorizar a nação fascista em termos filosóficos foi principalmente o filósofo do idealismo e do atualismo italiano, Giovanni Gentile. Ele previa, assim, a unidade místico-religiosa da nação-Estado-indivíduo, pela qual a nação não poderia ser pensada fora do Estado, partindo do princípio contraposto ao determinismo. Para Gentile, a nação é a vontade comum de um povo em sua realização através de um processo constante dirigido pelo Estado.

Ele afastava-se, portanto, do nacionalismo naturalista para teorizar um conceito imanente de nação baseado no primado da dimensão espiritual. No verbete “fascismo” escrito para a *Enciclopédia Italiana*, Gentile consagrava esta sua visão da nação como espírito vivo que se encarna no Estado fascista, entendido como um processo contínuo e regenerador da vida nacional. Logo depois, foi Mussolini quem traduziu para uma linguagem mais política esta visão idealista da nação, destacando que no Estado e para o Estado afirma-se uma nação. Sobre essas bases teóricas constitui-se o Estado totalitário, na sua missão de construir um “homem novo italiano”, projeto que, nos anos trinta, teria revelado sua natureza aparentemente racista, até a catástrofe da aliança com a Alemanha e a participação na Segunda Guerra Mundial. Se a visão idealista de Gentile enobreceu o fascismo no plano filosófico, foi o conceito de nação de Alfredo Rocco, mesmo não sendo o melhor para representar a dimensão espiritual da nação fascista, que prevaleceu em afirmar o princípio da organização jurídica da nação no Estado.

A fusão total entre Estado e nação ocorreu no corporativismo, cujo apogeu de elaboração teórica se deu com a criação da *Carta do Trabalho* (*Carta del Lavoro*), em 1927.

Tomando como elemento de comparação a Carta do Trabalho e sua estrutura corporativa, apresentamos a seguir alguns elementos de contraste com o Estado Novo.

Geralmente, os estudiosos concentram-se mais nas diferenças que nas analogias. Assim, tomamos o esquema de comparação entre o fascismo e o “populismo” latino-americano, proposto pelo cientista político P. Taguieff:

1. O fascismo possui um projeto totalitário e se propõe a nacionalizar as massas mediante uma mobilização total tendo como objetivo a mudança radical da sociedade. Não encontramos um experimento totalitário no regime de Vargas, mas elementos dele, como, por exemplo, a nacionalização das massas.
2. O fascismo apresenta-se no cenário histórico-político do primeiro pós-guerra como um “partido-milícia”; ele tende a conquistar o Estado, com o qual termina por se identificar (o partido-Estado), enquanto o Estado Novo não se apresenta como um partido que deseja homogeneizar toda a sociedade, controlando-a e militarizando-a, mas ao contrário, apresenta-se como um Estado de negociação de fundo autoritário entre as várias forças econômicas, políticas e sociais do país.
3. O fascismo pratica uma doutrinação de massa, quer arregimentar os italianos na nação fascista. O Estado Novo não parece fazer o mesmo, embora faça uso de instrumentos modernos de propaganda.
4. O fascismo se apresenta como a “maximização das classes médias”, enquanto o Estado Novo parece ser fundado sobre os estratos populares e urbanos. São massas de camponeses que estão se urbanizando no processo de passagem da agricultura para a industrialização, e que são completamente sindicalizadas por meio do controle estatal do sindicato, usufruindo, de certa forma, também de alguns direitos sociais. Neste sentido, a analogia com o fascismo parece muito forte.
5. O fascismo italiano e o nazismo apresentam, com modalidades, tempos e intensidades distintas, um projeto de construção do “homem novo”, fundado na remodelação genética da sociedade e sobre uma ideologia racista, com tendências nacionalistas e expansionistas. Não encontramos este mesmo projeto nos populismos latino-americanos (Taguieff, 2002, p. 53).

Todavia, se nos concentramos nos problemas de relação fascismo-nação/Estado Novo-nação podemos encontrar elementos para a comparação.

Foi dito que, no plano filosófico, a definição de nação segundo Gentile pareceu agradar mais ao regime fascista, que utilizou-se dela para se legitimar; da mesma forma, é também verdade que, no plano operativo, foi a concepção naturalista-positivista de Alfredo Rocco que prevaleceu. Foi o jurista napolitano quem concebeu juridicamente a nação fascista em termos de um Estado que se organiza por meio de uma estrutura corporativa baseada no princípio da representação de todos os interesses do mundo do trabalho por categorias. A nação fascista apresenta-se com forte conotação social, que se realiza sob a forma de “Estado nacional do trabalho”, como descrito no artigo 1 da *Carta do Trabalho*: “A Nação italiana é um organismo com fins, vida e meios de ação superiores àqueles dos indivíduos divididos ou reunidos em grupos que a compõem. É uma unidade moral, política e econômica, que se realiza integralmente no Estado fascista”.

Se tomarmos as teorias corporativas de cunho social de Oliveira Vianna nos anos trinta, ou a Constituição de 1937, escrita por Francisco Campos, ou as obras de Azevedo Amaral, um dos principais ideólogos do Estado Novo, veremos como estas ideias estão bem presentes.

O Estado Novo adquire do fascismo italiano o conceito de Estado nacional do trabalho, que, nas intenções de seus teóricos, tem prioridade sobre o conceito de nação, como teorizado pela *Carta do Trabalho* italiana. Prevalece, portanto, uma visão naturalista-positivista segundo a qual a nação não pode realizar-se historicamente se não sob a forma de um Estado que a organize em todos os seus aspectos pela classificação do mundo de trabalho por categorias (como pode ser observado nos artigos 135 a 140 da Constituição de 1937, na qual se recupera a categoria fascista de “produtores” da nação).

A nosso ver, o Estado Novo se configura como um Estado autoritário, que recupera do Estado totalitário fascista aquilo que pode ser adaptado para a realidade brasileira: desta forma a organização corporativa da nação e o conceito de Estado que plasma o povo-massa.

A diferença está no fato de que o Estado Novo, mesmo arrogando-se o direito de ser o único depositário, defensor e difusor da nação, não se apresenta como partido-milícia a serviço da nação. Não temos, portanto, a fusão do Estado-partido, que

caracteriza o totalitarismo fascista. Sobre este aspecto fundamental vale a pena retomar as considerações de Azevedo Amaral:

O que define o totalitarismo, no sentido peculiar que a essa expressão lhe deu o fascismo, não é portanto a extensão do poder estatal, mas a natureza compressiva, absorvente, aniquiladora da personalidade humana, que imprime às instituições fascistas um aspecto repelente, tornando-as tão incompatíveis com todos que prezam a dignidade do espírito. A submissão dócil à autoridade do Estado não repugna, nem pode repugnar aos indivíduos normais, que intuitivamente compreendem que um povo, para se transformar em uma nacionalidade, precisa organizar-se em uma estrutura hierárquica, cuja solidez e funcionamento eficiente exigem a atuação de uma autoridade capaz de tornar-se a força coordenadora e orientadora dos elementos que se justapõem na sociedade. Mas esse conceito de Estado autoritário, decorrente das condições naturais da plasmagem das sociedades, não envolve o aniquilamento da personalidade humana acarretado pelo totalitarismo fascista.

O Estado autoritário baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinaria estatal, e o que forma a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano (Amaral, 1938, p. 96).

Para concluir, gostaria de destacar uma diferença fundamental.

O fascismo se apresenta como um projeto alternativo ao Estado liberal, atribuindo-se o direito de ser o herdeiro do Império romano e da tradição ressurgimental e excluindo qualquer ideia de nação alternativa àquela organizada totalitariamente pelo partido-Estado fascista. Seu projeto de domínio interno é funcional para uma política externa voltada para afirmar o primado da potência da nação imperialista até a tragédia da Segunda Guerra Mundial.

Não nos parece ver isto no Estado Novo. A nosso ver, também o Estado Novo se propõe como legítimo herdeiro da história nacional, da qual vem excluído o liberalismo. Da mesma forma, podemos ver na sua ideologia a presença de todas as ideias elaboradas pelo nacionalismo brasileiro dos anos vinte. Na visão do nacionalismo autoritário, o Estado Novo cria “o que falta”: cria a nação, cria o povo dando-lhe uma nacionalidade, intervém na economia etc. Mas a questão fundamental nesta visão, que apresenta muitos pontos em comum com o Estado fascista, é a relação nação–atraso. Se o fascismo se propõe como alternativa à crise de um capitalismo industrial já bem avançado, o Estado novo se apresenta, por sua vez, como um projeto capaz de queimar as etapas da criação da nação, para superar rapidamente o “atraso” do Brasil na época do nacionalismo

imperialista. É um projeto de nacionalismo defensivo e não agressivo, como no caso do fascismo, do qual adquire a ideia de potencialização do papel do Estado organizado em corporações, que todavia não termina na completa absorção da esfera do privado no público sob um partido único e totalitário.

## **UMA CONCLUSÃO PROVISÓRIA**

Como foi dito na abertura, este breve ensaio é parte de uma análise comparativa mais ampla sobre o fascismo e o Estado Novo. Ele não pretende esgotar o problema. Ao contrário, ele pretende criar dúvidas e estimular a comparação, fornecendo novas hipóteses de leitura. Trata-se, portanto, de um *work in progress*.

Por meio da comparação entre Itália e Brasil, vimos que o mito da nação teve um papel fundamental na crise do liberalismo entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial e na busca de um novo modelo de Estado “forte”, do qual o Estado fascista, na Itália, e o Estado Novo, no Brasil, foram duas variantes.

Para os fins da nossa análise comparativa entre fascismo e autoritarismo brasileiro, concentramo-nos, no caso italiano, no movimento nacionalista nascido em 1910 e que converge, quase inteiramente, no fascismo do ano de 1922. No caso brasileiro, focalizamos tendências, grupos, intelectuais – às vezes isolados – e revistas, cujas ideias encontraram sua realização prática na Revolução de 1930 e no Estado Novo. Portanto, estudamos aquela parte consistente do nacionalismo que, no caso italiano, converge inteiramente ao fascismo e ao totalitarismo e que, no caso brasileiro, ao autoritarismo dos anos trinta.

Como apontado, o horizonte comum para os nacionalismos italiano e brasileiro foi a recusa do liberalismo e a busca de um “Estado novo”.

Partindo da constatação de que o liberalismo ampliou o hiato entre o “país legal” e o “país real”, ainda mais radicalizado pela Grande Guerra, não concedeu ao povo – considerado “massa amorfa” – uma nacionalidade, e jogou ambos os países no caos social e na anarquia, tanto o movimento nacionalista italiano, quanto o arquipélago composto pelo nacionalismo brasileiro empreenderam uma análise “positiva” da realidade social sobre a qual fundaram a busca de um Estado novo de matriz autoritária, cujo pressuposto teórico baseava-se num conceito de nação totalmente distinto do conceito liberal.

Em ambos, a nação foi teorizada com uma entidade superior, transcendendo o indivíduo e a classe, colocando-se como antítese do marxismo e do liberalismo. A ideologização da nação afirmada através do primado do Estado tinha que infundir na consciência de todos os cidadãos a subordinação da própria liberdade aos princípios da autoridade, da unidade e da repressão do conflito capital-trabalho no âmbito da organização corporativa.

No caso italiano, esse processo conduziu à ligação indissolúvel entre a nação e o imperialismo expansionista, amante da guerra e nacionalista (o mito da “Grande Itália”), e da qual, após a Grande Guerra, surgiu o fascismo totalitário. No caso brasileiro – partindo do mesmo horizonte de crise do Estado liberal, em sintonia com uma análise das características específicas da história brasileira – essa junção levou à combinação entre nação, atraso e potencialização dos recursos nacionais, funcional à construção de um grande Brasil, não mais dependente do capitalismo estrangeiro. Para o Brasil, o Estado Novo representou um projeto nacional-desenvolvimentista.

Em ambos os casos, o nacionalismo levou à criação de um Estado autoritário, capaz de pensar a nação em sua realização histórica através do Estado.

No caso italiano, a busca do Estado Novo partia do pressuposto de que o liberalismo havia realizado apenas parcialmente o desenho unitário do Ressurgimento, pois no campo da política interna não havia nacionalizado as massas produzidas pela modernização do Estado-nação, e, no plano externo, não havia conduzido a Itália entre as grandes potências imperialistas.

No caso do Brasil, os partidários do nacionalismo encontravam sua convergência na busca por um Estado autoritário, centralizado, voltado a uma missão pedagógica, capaz de construir o povo por meio de um trabalho paciente de educação nacional. Sobre esta base, seria possível alcançar a superação do “atraso” de uma nação imensa, ocupada em conseguir sua autonomia econômica e política.

Por um lado, o fascismo apresentou-se como herdeiro e continuador do nacionalismo, criando um projeto alternativo ao Estado liberal e reprimindo todos aqueles que combatiam por uma ideia de nação alternativa à sua. A inseparabilidade do seu desenho de domínio traduziu-se, no plano interno, no projeto de “educar” os italianos em uma nação completamente absorvida pelo partido-Estado fascista, primeiro passo

para a afirmação do primado da potência da nação italiana entre as grandes nações imperialistas, até a aliança com a Alemanha nazista e a catástrofe da Segunda Guerra Mundial.

Por outro, também a “revolução” de 1930 e o Estado Novo se propuseram como legítimos herdeiros da história nacional, da qual foi excluído o liberalismo. Na visão do nacionalismo autoritário, o Estado Novo devia dar nova forma àquilo que, caso contrário, restaria amorfo. Mas ao contrário do Estado fascista, que se propunha como alternativa à crise de um capitalismo industrial já bem avançado, apresentando-se como “terceira via” entre o liberalismo e o comunismo, o Estado Novo apresentou-se como um projeto de criação de uma nação e, ao mesmo tempo, como possibilidade de superação do “atraso” do Brasil. Trata-se, portanto, de um projeto de nacionalismo autoritário, intervencionista, mas não agressivo no plano da política externa, como no caso do fascismo, do qual adquiriu a ideia de nação como unidade ética, política e econômica que se realizava totalmente no Estado corporativo, sem todavia adquirir o princípio do partido-Estado totalitário que controla cada aspecto da vida associada.

**BIBLIOGRAFIA**

- AMARAL, A. 1938. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. 1981. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- ANDERSON, B. 1991. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- AQUARONE, A. 1962. *L'organizzazione dello stato totalitario*. Torino: Einaudi.
- ASOR ROSA, A. 1975. "La cultura". In: *Storia d'Italia dall'Unità ad oggi*, vol. IV, tomo II, Torino: Einaudi.
- BANTI, A. 2006. *La nazione del Risorgimento*. Parentela, santità e onore alle origini dell'Italia unita. Torino: Einaudi.
- BASTOS, E. R.; QUARTIM DE MORAES, J (ORGS). 1993. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BATTENTE, S. 2005. *Alfredo Rocco*. Dal nazionalismo al fascismo 1907-1935. Milano: Franco Angeli.
- BRANDÃO, G. M. 2007. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec.
- CANDIDO, A. 1973. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- CHABOD, F. 1967. *L'idea di nazione*. 11ª ed. 1999. Roma-Bari: Laterza.
- COLLOTTI, E. 1989. *Fascismo/fascismi*. Firenze: Sansoni.
- CORRADINI, E. 1980. *Scritti e discorsi 1901-1914*. Torino: Einaudi.
- D'ALFONSO, R. 2004. *Costruire lo Stato forte*. Politica, diritto, economia in Alfredo Rocco. Milano: Franco Angeli.
- DE FELICE R. 1968. *Mussolini il fascista*. Vol. II. *L'organizzazione dello Stato fascista 1925-1929*. Torino: Einaudi.
- GAETA, F. 1981. *Il nazionalismo italiano*. Roma-Bari: Laterza.
- GELLNER, E. 1983. *Nations and nationalism*. London: Basil Blackwell.
- GENTILE, E. 1997. *La grande Italia*. Ascesa e declino del mito della nazione nel ventesimo secolo. Milano: Mondadori.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Il mito dello Stato nuovo*. Roma-Bari: Laterza.
- GOMES de CASTRO, A. M. 1988. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- GORENDER, J 1998. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- GRAMSCI, A. 1977. *Quaderni dal carcere*. Torino: Einaudi.

- HOBBSAWM, E.; RANGER T. 1992. *The invention of tradition*. Cambridge University Press 1992.
- KLINKHAMMER, L. 1993. *L'occupazione tedesca in Italia 1943-1945*. Torino: Bollati Boringhieri.
- LANARO, S. 1979. *Nazione e lavoro*. Saggio sulla cultura borghese in Italia 1870-1925. Venezia: Marsilio.
- LARSEN, S. U.; HAGTVET, B.; MIKLEBUST, J. P. (orgs). 1980. *Who were the fascists*. Social roots of European fascism. Bergen-Oslo-Tromso: Universitetforlaget.
- LEÃO XIII. 1891. *Sobre a condição dos operários* (Encíclica "Rerum Novarum"). 5ª ed. 1961. Petrópolis: Editora Vozes.
- LIMA SOBRINHO, B. 1968. *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LOVE, L. J. 1986. *Manoilescu, Prebisch, and the thesis of unequal exchange*. In: VVAA. *Romanian studies*, vol. 5. Leiden: E. J. Brill, pp.125-133.
- MAIER, Ch. 1975. *Recasting bourgeois Europe*. Stabilization in France, Germany and Italy in the decade after World War I. Princeton: Princeton University Press.
- MANOILESCO, M. 1938. *O século do corporativismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- MAZA, F. 2004. *O idealismo prático de Roberto Simonsen*. São Paulo: Câmara Brasileira do livro.
- MICELI, S. 1979. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel.
- MOSSE, G. 1975. *La nazionalizzazione delle masse*. Bologna: Il Mulino.
- NEUMANN, F. 1975. *Behemoth*. 1942. Milano: Feltrinelli.
- PAXTON, R. O. 2005. *Il fascismo in azione*. Milano: Mondadori.
- PAYNE, S. 1999. *Il fascismo 1914-1945*. Roma: Newton & Compton.
- PÉCAUT, D. 1990. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a Nação. São Paulo: Ática.
- PRADO JR., C. 1966. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. 42ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- RENAN, E. 1882. *Che cos'è una nazione?* Ed. it. 1993. Roma: Donzelli.
- ROCCO, A. 1938a. *Scritti e discorsi politici*. Vol I. *La lotta nazionale della vigilia e durante la guerra (1913-1918)*. Milano: Giuffrè.
- \_\_\_\_\_. 1938b. *La lotta contro la reazione antinazionale (1919-1924)*. Vol. II. Milano: Giuffrè.

- \_\_\_\_\_. 1938c. *La formazione dello Stato fascista (1925-1934)*. Vol III. Milano: Giuffrè.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Discorsi parlamentari*. Bologna: Il Mulino.
- RUSCONI, G. E. 1993. *Se cessiamo di essere una nazione*. Bologna: Il Mulino.
- SANTOMASSIMO, G. 2006. *La terza via fascista*. Il mito del corporativismo. Roma: Carocci.
- SANTOS, W. G. dos. 1978. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades.
- SCHMITTER, Ph. C. 1971. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- SCHWARTZ, R. 1992. "As ideias fora do lugar". In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades.
- SIMONSEN, R. 1969. *História econômica do Brasil (1500 a 1820)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- SKIDMORE, Thomas E. 1967. *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. London-New York: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Brazil*. Five centuries of change. New York: Oxford University Press.
- SODRÉ, N. W. 1999. *Literatura e história no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Graphia.
- STOLZI, I. 2007. *L'ordine corporativo*. Milano: Giuffrè.
- STUART HUGHES, H. 1958. *Consciousness and society: the reorientation of European social thought*. Cambridge: Harvard University Press.
- TAGUIEFF, P. A. 2002. *L'illusione populista*. Milano: Bruno Mondadori.
- TRANFAGLIA, N. 1973. *Dallo Stato liberale al regime fascista*. Problemi e ricerche. Milano: Feltrinelli.
- TRINDADE, H. 1974. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- VASSALLI, G. 2005. "Introduzione". In: ROCCO, A. *Discorsi parlamentari*. Bologna: Il Mulino.
- VENTURI, F. 1969. *Settecento riformatore*. vol. 1: *Da Muratori a Beccaria*. 1730-1764. Torino: Einaudi.
- VIANNA, O. 1920. *Populações meridionais do Brasil*. 7ªed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987
- VIEIRA, E. 1981. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora.
- WERNECK SODRÉ, N. 1977. *Brasil: radiografia de um modelo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- WERNECK VIANNA, L. 1976. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.